



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Processo seletivo – Edital PGCS 01/2013  
**CHAVE RESPOSTA – Prova de conhecimento específico**

Esclarecemos que a chave de respostas das questões tem por objetivo tornar público o que a Banca Examinadora tomou como parâmetro mínimo esperado daquilo que deveria conter nas respostas dadas pelos candidatos. Este parâmetro tomou por critério destacar o eixo central das contribuições dos autores da bibliografia contida no Edital PGCS 01/2013.

**QUESTÃO OBRIGATÓRIA:**

1 - Considerando que o trabalho do cientista social tem como prerrogativa a articulação entre o saber e o fazer, disserte sobre as tensões no processo de produção do saber e/ou conhecimento, a partir da bibliografia do eixo um, destacando:

- a) A objetividade do conhecimento/neutralidade do cientista social e a pedagogia da pesquisa
- b) Trabalho de campo e perspectivas teóricas

**Chave de Resposta:**

O saber e o fazer para o Cientista Social estão em constante diálogo, tensão e relação. Todos os autores do **eixo um** dialogam com a questão. No que se refere à produção do conhecimento tanto do ponto de vista mais teórico como do ponto de vista do trabalho de campo e do objeto empírico todos os autores também vão sinalizar aspectos específicos da área / campo para este fazer do saber nas ciências sociais.

Pela própria característica desta produção de conhecimento, sendo o objeto de estudo, os fenômenos humanos, que são fenômenos sociais, históricos e culturais, as questões da objetividade e da neutralidade surgem com bastante intensidade nas análises realizadas por Weber e também por Bourdieu, embora os propósitos de cada um dos autores sejam diferente.

Em **Weber** (1999, [1904]) a preocupação é com tornar a ciência a mais isenta e imparcial possível no intuito de torná-la mais objetiva, este, portanto, é seu eixo central neste texto. Para Weber não existe ciência isenta de pressupostos de valores. O que o cientista deve tentar fazer é afastar os juízos de valores, ou mesmo deve evitar construí-los. Mas como? Bourdieu tenta apontar um caminho.

Para **Bourdieu** (2005) o mais importante é apontar para uma sociologia reflexiva que compreenda que a pesquisa precisa abandonar o senso comum, formular uma sociologia da sociologia ou uma pedagogia da pesquisa, de modo que o próprio pesquisador proceda a uma espécie de autoanálise dos procedimentos da pesquisa constantemente, como se fosse deste modo construído um exercício contra a formação dos juízos de valores dentro do cientista, ou pelo menos que isso se torne cada vez mais consciente para ele mesmo. É neste momento que ele fala na conversão e observação participante do pesquisador, em propósitos rigorosos no que se refere à metodologia a

ser empregada e acompanhada, porém não se trata de adotar posturas rígidas, principalmente no que se refere às possibilidades teóricas, visto que a rigidez impede o diálogo e as trocas de saberes. Essa reflexão sobre a objetivação vai estar na percepção sustentada por Bourdieu de que o objeto precisa ganhar suas considerações teóricas a partir da *participação* com o objeto, ou seja, o pesquisador não pode chegar ao objeto com uma espécie de camisa de força teórica, movida pelos seus interesses, e então deixar de perceber as peculiaridades do objeto que muitas vezes, ao decorrer da pesquisa, vai solicitar do pesquisador novos olhares teóricos e novas abordagens e técnicas metodológicas; ou também deixar de considerar outros objetos por causa de um determinante interesse prévio

Cuidar dos instrumentos a serem utilizados, a pôr em suspenso o que está pré-construído é, portanto, olhar o objeto de maneira distanciada no sentido de analisá-lo com um pouco mais de objetividade. No entanto, nenhum dos autores fala de uma objetividade absoluta, mas em aproximações mais eficazes e melhores do objeto pesquisado.

Porém, junto à questão da necessidade de distanciamento do pesquisador frente aos sujeitos/objetos pesquisados surge à questão das analogias, das emergências identitárias pela similaridade/contraposição ou oposição cultural, como nos mostra **Geertz** (1997). Dessa perspectiva, Geertz nos fornece um balanço sobre os caminhos percorridos pelas ciências sociais, principalmente a antropologia, que nos seus últimos tempos, tem dado uma reviravolta bastante grande em relação aos estudos mais clássicos. As novas formas de pensar o social, segundo Geertz, deveriam incluir a idéia da interpretação de culturas, colocando os exemplos do “drama social” e da teoria dos jogos, como ilustrativos do processo interpretativo. Neste sentido, Geertz volta a Weber na medida em que confere importância a se compreender o **significado** dado pelos sujeitos sociais à ação social.

**Evans Pritchard** (1978, [1952]), por sua vez, historicizando as trajetórias da produção do saber, enfatiza a necessidade do trabalho de campo orientado teoricamente, mostrando a inseparabilidade da relação da teoria com a prática, como também salienta Bourdieu ao sinalizar para a importância do rigor metodológico na observação participante do objeto. Por fim Evans Pritchard, como os demais, destaca que o saber e o fazer das ciências sociais passa por caminhos de vivência de encontros/desencontros com o diferente/similar, com tensões entre a teoria e a prática, no controle e rigor metodológico e, sobretudo, pela construção relacional entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado.

## QUESTÕES OPTATIVAS:

**2 - A partir da reflexão dos autores clássicos e contemporâneos, relacione pelo menos dois textos da bibliografia do eixo dois do edital, para discutir a relação entre conflitos e mobilizações sociais considerando os seguintes enfoques:**

- a) A noção de conflito social
- b) Repertórios de ações coletivas

### **Chave de Resposta:**

A concepção de **Conflito Social**, em **Simmel** (1983, [1964]), está estreitamente vinculada a sua perspectiva micro sociológica de análise dos fenômenos sociais. Seu objeto principal de análise não é o indivíduo, nem a sociedade em si, mas a **interação criadora** entre esses dois pólos: a produção da sociedade pelos indivíduos e a conformação permanente dos indivíduos pela sociedade, constitui a matriz fundadora do vínculo social, no processo do devir histórico.

A sociedade é vista como o produto das interações entre os indivíduos. Estes são concebidos como atores sociais que possuem diversas motivações (paixões, desejos, angústias, medos, etc.) que expressam conteúdos da vida social, interagem a partir delas e se transformam em unidades sociais. Esses conteúdos isolados não são sociais. Tornam-se sociais a partir das interações

individuais, cujo processo, Simmel designa de **SOCIAÇÃO**, isto é, as formas ou modos pelos quais os atores se relacionam. Sociação, portanto, é a forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade para satisfazerem seus interesses. Contudo, as interações sociais e as relações de interdependência não representam, necessariamente, convergência de interesses entre os atores sociais envolvidos, razão da emergência do **conflito social**. Este é visto como positivo na medida em que elementos negativos e duais têm papel positivo na estruturação social, embora possam causar estragos nas relações particulares. Considerando que não existe provavelmente nenhuma unidade social onde as correntes convergentes e divergentes entre os seus membros não estejam inseparavelmente entrelaçadas, o conflito social emerge em função de elementos dissociativos e, longe de ser catastrófico ou patológico, o conflito é fonte de regulação que estrutura grande número de campos e formas sociais, visto que a sociedade tem tanto efetivamente necessidade de sociação como de competição.

Em **Tarrow** (2009 [1998]) a concepção de **conflito ou confronto político** inscreve-se na teoria do processo político que focaliza a relação entre sociedade e Estado. Para Tarrow o conflito existe desde o início da humanidade. Porém, a preparação, coordenação e sua manutenção contra atores poderosos é o elemento que conecta o **conflito social aos movimentos sociais**, cuja invenção, na Idade Moderna, acompanhou o surgimento do Estado moderno.

Tendo como fio condutor as condições nas quais surgem formas diversificadas de **ação coletiva** e os processos concretos por meio dos quais elas se desenvolvem, Tarrow investiga unidades de análises complexas, a partir de um enfoque amplo, contextualizado historicamente, centrado na interação de sujeitos, ações e objetos de confronto. A partir da distinção entre *ação coletiva* e *ação coletiva de confronto* (a primeira pode assumir muitas formas, e ocorrer no interior de instituições, enquanto que a segunda é empregada por pessoas sem acesso regular às instituições, que atuam em nome de exigências novas ou não atendidas, e visam desafiar os outros ou as autoridades) destaca que a ação coletiva de confronto se caracteriza por reunir pessoas numa **interação sustentada** com opositores, o que exige a preparação dos desafios coletivos; a instigação (=mobilização) de redes sociais, objetivos e quadros culturais comuns, e a construção da solidariedade por meio de estruturas de ligação e identidades coletivas para manter a ação coletiva, o que caracteriza os processos constitutivos dos movimentos sociais.

A condições de emergência dos movimentos sociais são resultantes das mudanças ocorridas **nos padrões de oportunidades e restrições políticas** que encorajam ou desencorajam à ação coletiva, estabelecendo as condições nas quais o confronto tende ou não a se manifestar. Estas mudanças produzem, por sua vez, alterações ao nível da agência coletiva que seleciona e mobiliza dimensões profundas da cultura, de interesses e valores individuais e coletivos, os quais criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Nessa dinâmica se constitui o que Tarrow designa por **repertório de ação coletiva**, o qual se constitui por um conjunto relativamente limitado, embora renovável, de rotinas e convenções reivindicativas apreendidas, cujo repertório constitui um elo-chave das formas de agências passadas, presentes e futuras.

Demonstra através da análise de diversas conjunturas críticas tanto europeias como norte-americanas, a partir do século XVI, as mudanças ocorridas nos repertórios. Destaca que em algum momento durante o século XVIII, ocorreu uma mudança qualitativa nos movimentos sociais em virtude do desenvolvimento de um repertório novo e mais geral de ação coletiva. Este não mais expressava queixas imediatas contra antagonistas, mas tinha caráter nacional, autônomo e modular. Embora muitos fatores tenham concorrido para essa mudança, os principais recursos que contribuíram para tanto foi o desenvolvimento da imprensa e da associação, como expressão do capitalismo moderno, de um lado, e o surgimento do Estado-nação, por outro.

**Alvarez, Dagnino e Escobar** (2000) abordam a temática do **conflito social** em estreita conexão com **as lutas e movimentos sociais pela democratização das sociedades da América Latina** ocorridos nas últimas décadas do século XX. Tendo por eixo a relação sociedade e Estado consideram os movimentos sociais como os principais agentes de mudança da relação instituída, cujo padrão autoritário historicamente constituído cerceava direitos básicos de cidadania social.

Com essa perspectiva, analisam **os conflitos e ações dos movimentos sociais** na América Latina, discutindo o conceito de política cultural tal como é entendido pelas classes dominante, para propor uma ressignificação da expressão que passa a ser entendida como o “processo por meio do qual o cultural se torna fato político” (Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000, p.17)

Desse ângulo, sustentam que os movimentos sociais constituem uma arena crucial para a compreensão de como “o entrelaçamento, talvez precário, mas vital, do cultural e do político ocorre na prática”. Destacam que em suas lutas contínuas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os **atores populares mobilizam-se** coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma, as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura. Nestes termos trabalham com a definição de política cultura numa perspectiva ressignificante, ativa e relacional.

Assim, as redefinições emergentes no âmbito dos movimentos sociais de conceitos como democracia e cidadania apontam para direções que confrontam a cultura autoritária por meio da atribuição de novo significado às noções de direitos, espaços públicos e privados, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença e assim por diante. Esses processos múltiplos de ressignificação revelam claramente definições alternativas do que conta como político. Desse ângulo, consideram que as teias de movimentos sociais comunicam e transmitem o aspecto intrincado e precário dos múltiplos laços estabelecidos entre as organizações dos movimentos, participantes individuais e outros atores da sociedade civil e o Estado. Tais processos permitem imaginar mais vividamente os entrelaçamentos em múltiplas camadas dos atores dos movimentos com os terrenos natural-ambiental, político-institucional e cultural-discursivo nos quais estão incrustados, constituindo, desse modo, processos que garantem a sustentação e a perenidade dos movimentos sociais.

**Karl Marx** (2011 [1858]) no texto *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, se propõe a entender o Estado francês de meados do século XIX, a partir da análise histórico-sociológica do momento vivido. Sua perspectiva tem como eixo o materialismo dialético, em que as relações materiais de produção têm um lugar central em todas as suas análises, sejam elas de cunho estrutural ou conjuntural. A partir desse ângulo reflete sobre o que motiva os indivíduos a se engajarem em ações coletivas (= luta de classes). Considerando que há um **conflito irreconciliável** entre as classes dominantes e as classes subalternas (trabalhadores, camponeses), por meio de uma análise historicamente determinada argumenta que as classes sociais entram em lutas (conflitos) no momento em que se expressar uma **contradição** totalmente desenvolvida com seus **antagonistas**.

Desse modo, no texto *O 18 Brumário*, Marx coloca no centro da discussão o conflito de classes por meio da descrição de como a burguesia exerce poder sobre o proletariado e o campesinato. Sua análise prioriza as lutas pelo poder político e econômico em que estiveram envolvidas: a nascente burguesia francesa e as diversas classes socioeconômicas existentes naquele momento histórico, que culminaram no inesperado Golpe de Estado que colocou Luis Bonaparte à frente do governo francês, numa administração ditatorial que herdou o seu nome – Bonapartismo.

As concepções de **conflito social** e de **ações coletivas** constituem o eixo central que **articula** o arcabouço teórico dos quatro autores do eixo dois: *Simmel, Tarrow, Alvarez, et. al., e Marx*. Enquanto Simmel parte de uma perspectiva micro sociológica para identificar as motivações que levam ao conflito e a ação, derivando daí uma análise macro sociológica em que o conflito comparece como positivo, na medida em que ele é o motor que está na base do movimento e da mudança social, os demais autores partem de uma perspectiva macro social. Tarrow trata mais profundamente buscando construir uma teoria do Movimento Social, para tanto detalha os elementos constitutivos e as condições diversas em que se assentam as possibilidades ou impossibilidades da mudança social. Alvarez, et. al. demonstra a forma e os mecanismos por meio dos quais os conflitos e ações coletivas se manifestaram na América Latina, do final do século XX, enquanto Marx demonstra a forma e os mecanismos como se manifestaram os conflitos na França, em meados do Século XIX.

**3 – Estudos sobre as transformações no sistema capitalista têm dado destaque a uma série de novas problemáticas. Escolha e articule pelo menos dois autores da bibliografia do eixo três para refletir sobre:**

- a) **Configurações políticas e de ação social;**
- b) **Dinâmica cultural entre o local e o global e seus sujeitos.**

**Chave de Resposta:**

Os diversos autores do eixo três tratam de diferentes perspectivas o tema da gênese e das transformações do capitalismo moderno e da construção do Estado-nação. Desse ponto de vista, as peculiaridades estruturais do processo de formação, legitimação e permanência dos Estados nacionais no momento da emergência do capitalismo e a influência preponderante da ética protestante no processo de divisão do trabalho social pela emergência do espírito capitalista, são discutidas nas análises genealógicas de **Weber** e **Tilly**, os quais caracterizam respectivamente o nascimento do sistema capitalista e sua consolidação.

**Tilly** (1996) identifica a emergência de dois conjuntos de atividades essenciais à constituição, legitimação e permanência do Estado-nação. Um primeiro conjunto de atividades refere-se à prática da guerra e a centralização do poder; ambas se reforçam e induzem à extração de recursos que contemplam o ataque e controle dos competidores e desafiantes dentro do território reclamado pelo Estado; ataque dos antagonistas fora deste território nacional, através da guerra; no território conquistado a defesa das fronteiras e a cobrança de impostos. Um segundo conjunto seria caracterizado pela aplicação da justiça na solução de conflitos e disputas; na produção visando o controle da criação e da transformação de bens e serviços, assim como, na distribuição destes entre os membros da população. Ao ganhar centralidade e domínio sobre o território o Estado moderno tornou-se mais responsivo primeiro aos segmentos que possuíam renda e depois junto às massas. Ao longo deste processo ações coletivas geraram repressão, depois negociações e cedências. Desse modo, foram sendo estabelecidos direitos e ampliados via conflitos e pressão social.

A passagem a um governo direto, suprimindo as figuras dos intermediários, a imposição da uniformização e homogeneização interna da população, não ocorreu sem conflitos e revoltas que obrigaram o Estado estabelecer relações que favoreceram a transição da população da condição de súditos a cidadãos. O processo de formação dos Estados nacionais culminaria com a criação de um complexo aparato burocrático-administrativo, ampliando o campo institucional, as estruturas e interesses, aos quais serão subordinadas as atividades militares assim como as demandas dos cidadãos.

A análise genealógica de **Weber** (2004) se dirige, por sua vez, à formação do espírito capitalista, destacando a influência da cultura, em termos de crença protestante, no surgimento de um comportamento social peculiar da produção de excedentes, gerando o acúmulo de capital. Diferentemente do catolicismo para o qual o homem trabalha para viver, o protestantismo dignifica e glorifica o trabalho como vocação humana, acarretando, nos países de maioria protestante, uma mudança econômica no *modus operandi* das relações sociais, gerando e acumulando excedente, e, portanto, estimulando o desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, ainda que não se trate de um determinante exclusivo, a ética protestante influenciou sobremaneira a constituição do espírito capitalista, sendo que, com o passar do tempo, a dimensão acumulativa da nova ordem econômica prevaleceu sobre o inicial intuito moral.

Desta forma, pode-se concluir que a dinâmica cultural da ação social implica em processos de transformação e produção de novas configurações políticas. Considerando estes aspectos os outros autores do eixo três, **Santos**, **Bourdieu** e **Sahlins** buscam desnaturalizar os discursos dominantes sobre a globalização e a transnacionalização, a partir de seus pressupostos e alertando para os efeitos perversos do neoliberalismo (a primazia do econômico sobre social, a

desarticulação dos movimentos trabalhistas, a visão determinista e homogeneizante do sistema capitalista, entre outros) na conformação de uma visão hegemônica única para o devir histórico das sociedades.

**Boaventura de Souza Santos** (2001) discute a respeito do excesso de regulação, chamando atenção para o déficit de cidadania e para bloqueio modernista das alternativas de emancipação. Neste sentido, destaca a importância das relações entre subjetividade e cidadania e os desequilíbrios existentes entre uma forte ênfase na primeira (subjetividade) e as distorções imbuídas na segunda noção (cidadania), travando as mobilizações sociais em função das repercussões da primazia dos anseios individuais, da inserção no mercado e das limitadas possibilidades de exercício da cidadania. O autor apela para a formulação de uma nova teoria da democracia e para a mobilização dos movimentos sociais, recuperando o pensamento utópico, como tradição suprimida pela modernidade.

**Bourdieu** (2001) dirige-se aos intelectuais convidando-os a superar o medo e a se engajar no combate aos efeitos perversos do neoliberalismo, intervindo no debate público, contribuindo para repolitizar espaços públicos, participando e colaborando na coordenação de uma ampla e articulada mobilização da sociedade civil, em seus diversos segmentos. Para o autor, somente a sociedade civil organizada poderá combater a política de despolitização do neoliberalismo e desencadear a transformação do cenário econômico e político contemporâneo, governado pelas grandes corporações.

Por sua vez, **Sahlins** (1997) ao questionar a hegemonia da visão pessimista sobre a aniquilação da diversidade cultural, em vias de extinção, pelo poder de assimilação do capitalismo, desvenda os pressupostos desta perspectiva determinista que subestima/negligencia a intervenção de povos e comunidades locais nas relações de contato com a cultura global. Agenciando a apropriação / resignificação da cultura hegemônica, em seus próprios termos, os povos e comunidades locais protagonizam seu fortalecimento como sociedades distintas. Isso ocorre tanto ao nível local quanto em situações de diáspora nas quais os grupos mantêm o pertencimento aos lugares de origem, constituindo sociedades “translocais”. Através de exemplos diversificados o autor passa a denominar de “indigenização da modernidade” estes processos inversos ao discurso essencialista dominante.

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marta Zorzal e Silva**  
**Presidente da Banca Examinadora do PGCS**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Celeste Ciccarone**  
**Membro Titular**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Winifred Knox**  
**Membro Titular**